

Brasília-DF, 14 de outubro de 2026

Alcolumbre vive a hora da verdade



Davi Alcolumbre sabe que, num governo Bolsonaro, não será mais presidente do Senado. Esse posto ficará para Rogério Marinho (RN), homem forte do bolsonarismo. O que isso tem a ver com a votação da PEC 221 (quarta-feira), que acaba com a escala 6x1 e estabelece jornada de 40 horas? Muito. O enfraquecimento de Alcolumbre pode fazer com que ele se engaje pela aprovação da PEC.

Essa avaliação é de uma fonte qualificada, com quem a Agência Sindical tratou na noite de segunda-feira. Também coincide com avaliação do jornalista Marcos Verlaire, consultor do Diap, e de outros analistas do Congresso Nacional.

A votação da PEC coloca nas cordas os senadores bolsonaristas. Se eles vetarem a PEC, terão que arcar com o desgaste perante milhões de trabalhadores. Caso votem a favor, esse recuo poderá ser entendido como manobra eleitoreira, gerando desgaste político. Em ambos os casos, Lula se beneficia.

O presidente do Senado tenta sair do isolamento político. A tendência, segundo se comenta, é que leve a voto a matéria ainda na quarta-feira, em primeiro turno. A aprovação depende de 49 votos.

A bancada governista tenta aprovar requerimento por tramitação especial, o que apressaria a votação da PEC ainda nesta semana.

Mas há um embaraço na tramitação, porque, caso sejam apreciadas as emendas de plenário, a PEC voltará ao relator, Omar Aziz (PSD-AM), para novo parecer. Nesse caso, seriam necessárias outras três sessões, além das cinco iniciais, regimentais.

Posições – O governo Lula é a favor da PEC 221. Já Flavio Bolsonaro apresentou proposta alternativa, que é lesiva aos trabalhadores. Evidentemente que a direita manobra contra a PEC 221. Mas Flávio fica no

fio da navalha, ou seja, entre rejeitar a PEC 221 e apresentar o esbulho na forma da PEC 12.

O sindicalismo já está em Brasília, fazendo gestões junto ao Senado pela aprovação da PEC que acaba com a 6x1 e reduz pra 40 horas a jornada.

Mais – Sites das Centrais, Senado e Diap

Fonte: Agência Sindical

Progresso de verdade se mede pelo respeito ao trabalho; por Eduardo Annunziato Chicão

"Defendo governos que promovam desenvolvimento com justiça social, respeitem a democracia e assumam compromissos concretos com o trabalho digno. O progresso que vale a pena é aquele que gera oportunidades, distribui seus resultados e permite viver melhor".



Eduardo Annunziato, Chicão, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Apresentação da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) em agosto de 2026.

O desenvolvimento de um país precisa aparecer na vida das pessoas. Deve significar emprego formal, salário digno, segurança no trabalho e tempo para conviver com a família. Uma economia que cresce enquanto amplia a insegurança e o esgotamento de sua população deixa de cumprir sua função social. Por isso, considero fundamental que o Brasil tenha governos comprometidos com uma agenda progressista, que coloque a dignidade humana no centro das decisões.

Esse compromisso precisa ser demonstrado em ações. Respeitar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), fortalecer a fiscalização, estimular empregos com carteira assinada e valorizar a negociação coletiva são caminhos para construir uma sociedade menos desigual. Nenhum governo merece reconhecimento

Brasília-DF, 14 de outubro de 2026

apenas pelo rótulo que adota. É nas políticas públicas e nas escolhas concretas que se revela a prioridade de uma administração.

Direitos trabalhistas são civilizatórios

A Constituição Federal estabelece direitos que não podem ser tratados como obstáculos ao desenvolvimento. Férias remuneradas com adicional de um terço, décimo terceiro salário e repouso semanal remunerado fazem parte dessa proteção. Respeitar a Constituição significa também respeitar sua dimensão social, assegurando que essas garantias sejam cumpridas na prática.

Nessa perspectiva, a defesa do fim da escala 6x1, com redução da jornada sem redução salarial, representa uma pauta de progresso social. Trabalhar seis dias para descansar apenas um restringe o tempo disponível para estudar, cuidar da saúde, acompanhar os filhos e participar da vida comunitária. O avanço tecnológico e os ganhos de produtividade precisam contribuir para melhorar a qualidade de vida. Descanso não é privilégio: é parte de uma existência digna.

Uma agenda progressista também deve enfrentar a desigualdade entre homens e mulheres. Isso exige igualdade de remuneração por trabalho de igual valor, oportunidades de crescimento profissional, combate ao assédio e políticas que reduzam a sobrecarga do cuidado. Ampliar o acesso a creches e promover a divisão das responsabilidades familiares são medidas que ajudam a transformar igualdade formal em igualdade real.

Na direção contrária, projetos conservadores que defendem a redução da proteção trabalhista precisam ser questionados. O argumento de que retirar direitos seria condição para gerar empregos não pode servir de justificativa automática para qualquer reforma. Flexibilizar regras exige discutir quem ganha, quem assume os riscos e quais garantias permanecem.

Argentina: um exemplo preocupante

A Argentina oferece um exemplo preocupante. A reforma trabalhista aprovada em 2026, no governo Javier Milei, ampliou mecanismos de flexibilização da jornada, incluindo banco de horas e compensação. As mudanças abrem espaço para jornadas diárias de até 12 horas em determinadas condições, respeitados os limites e descansos previstos, com compensação de horas em lugar do pagamento correspondente como extraordinárias nos regimes acordados. Não se trata de uma jornada obrigatória de 12 horas para todos, mas de uma mudança que merece crítica pelo potencial de intensificar o trabalho.

Na minha avaliação, chamar esse caminho de

modernização não elimina o risco de retrocesso. Um acordo formalmente voluntário pode ocorrer em uma relação profundamente desigual, especialmente quando o medo do desemprego reduz a capacidade de negociação. Por isso, a proteção legal e a representação sindical têm uma função indispensável.

O Brasil precisa rejeitar propostas que esvaziem a CLT ou enfraqueçam direitos como as férias remuneradas. É necessário rigor nessa discussão: as férias também têm proteção constitucional, e sua eliminação não depende simplesmente da vontade de um presidente. Isso, porém, não dispensa a vigilância sobre iniciativas que dificultem o exercício dos direitos ou reduzam sua efetividade.

Defendo governos que promovam desenvolvimento com justiça social, respeitem a democracia e assumam compromissos concretos com o trabalho digno. O progresso que vale a pena é aquele que gera oportunidades, distribui seus resultados e permite viver melhor.

O futuro do Brasil deve ser construído com mais direitos, igualdade e dignidade!

Eduardo Annunziato (Chicão) é Presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo e da Federação Nacional dos Trabalhadores em Energia, Água e Meio Ambiente – FENATEMA, Diretor de Educação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e Vice-presidente da Força Sindical

Fonte: Rádio Peão Brasil

Lula cresce e reduz diferença para Flávio Bolsonaro: 49% a 51%, aponta PoderData

Pesquisa mostra recuperação do presidente, que passou de 47% para 49% dos votos válidos em uma semana. Flávio Bolsonaro recuou de 53% para 51%.



Lula encurta a diferença em relação a Flávio Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2026.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reduziu a distância em relação a Flávio Bolsonaro (PL) na disputa pelo segundo turno das eleições presidenciais

Brasília-DF, 14 de outubro de 2026

de 2026. Pesquisa PoderData, divulgada nesta terça-feira (13) por Poder360, mostra que os dois candidatos estão tecnicamente empatados, considerando a margem de erro do levantamento.

Segundo a pesquisa, realizada pelo instituto vinculado ao portal Poder360, Lula aparece com 49% dos votos válidos, enquanto Flávio Bolsonaro registra 51%. A margem de erro é de 1,8 ponto percentual, para mais ou para menos.

O resultado representa uma recuperação do presidente em comparação com o levantamento anterior, divulgado em 8 de outubro. Na ocasião, Flávio Bolsonaro liderava com 53% dos votos válidos, contra 47% de Lula, uma diferença de seis pontos percentuais.

Em menos de uma semana, Lula avançou dois pontos percentuais, enquanto Flávio Bolsonaro recuou na mesma proporção. Com isso, a distância entre os candidatos caiu de seis para dois pontos percentuais.

Recuperação após o primeiro turno

A pesquisa indica uma mudança no cenário eleitoral após o primeiro turno, realizado em 4 de outubro, quando Flávio Bolsonaro terminou à frente do atual presidente.

Na votação, o candidato do PL recebeu 47,03% dos votos válidos, enquanto Lula obteve 45,16%. O resultado levou os dois candidatos à disputa do segundo turno, marcado para 25 de outubro.

O novo levantamento aponta uma redução da vantagem de Flávio Bolsonaro e uma aproximação entre os dois concorrentes, a menos de duas semanas da votação decisiva.

Embora o candidato do PL permaneça numericamente à frente, a diferença está dentro da margem de erro da pesquisa, o que caracteriza o empate técnico.

Pesquisa ouviu 3 mil eleitores

O levantamento PoderData foi realizado em parceria com o aplicativo Aya Banca e ouviu 3 mil pessoas entre os dias 10 e 12 de outubro, por telefone.

A margem de erro é de 1,8 ponto percentual, para mais ou para menos. A pesquisa está registrada na Justiça Eleitoral sob o número BR-01209/2026.

Os resultados mostram uma disputa mais equilibrada em relação à semana anterior, mas não permitem afirmar qual candidato vencerá o segundo turno.

Fonte: CartaCapital, com informações do PoderData, publicada em 13 de outubro de 2026.

Ausência no 1º turno não impede voto no segundo; entenda

Ausência na primeira votação não impede participação no segundo turno, mas eleitor ainda precisa justificar a falta.



Quem não votou no 1º turno ainda pode votar no segundo.
Evandro Leal/Agência Enquadrar/Folhapress

Mais de 33,4 milhões de eleitores que não compareceram às urnas no primeiro turno das eleições, realizado no domingo (4), poderão votar normalmente no segundo turno, marcado para 25 de outubro. Isso porque, segundo o TSE, cada turno é considerado uma votação independente. A ausência na primeira etapa não impede a participação na segunda, desde que o eleitor esteja em situação regular com a Justiça Eleitoral.

No primeiro turno, cerca de 125,2 milhões de brasileiros compareceram às urnas, o equivalente a quase 79% dos mais de 158,7 milhões de eleitores aptos a votar.

No dia 25 de outubro, os eleitores de todo o país voltarão às urnas para escolher o presidente da República. Também haverá segundo turno para governador em cinco Estados (Acre, Amazonas, Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Tocantins) e no Distrito Federal.

Justificativa eleitoral

Quem deixou de votar no primeiro turno precisa justificar a ausência à Justiça Eleitoral, mesmo que compareça normalmente às urnas no segundo turno.

O prazo para apresentar a justificativa referente ao primeiro turno termina em 3 de dezembro de 2026. Já os eleitores que não comparecerem ao segundo turno terão até 8 de janeiro de 2027 para justificar a ausência.

A justificativa deve ser apresentada separadamente para cada turno. Portanto, quem não votar em nenhuma das duas etapas deverá apresentar duas justificativas, respeitando os respectivos prazos.

Brasília-DF, 14 de outubro de 2026

O procedimento pode ser realizado pelo aplicativo e-Título, pelo Autoatendimento Eleitoral (Título Net), disponível no portal do TSE, ou presencialmente, em qualquer cartório eleitoral.

Como justificar

Para justificar a ausência após a eleição, o eleitor deverá informar o motivo do não comparecimento e apresentar documentos que comprovem a impossibilidade de votar. O pedido será analisado pela Justiça Eleitoral.

A ausência em três eleições consecutivas, sem justificativa ou pagamento das multas correspondentes, poderá resultar no cancelamento do título eleitoral. Para essa contagem, cada turno é considerado uma eleição independente.

No Brasil, o voto é obrigatório para pessoas alfabetizadas entre 18 e 70 anos. Para jovens de 16 e 17 anos, pessoas analfabetas e maiores de 70 anos, o voto é facultativo.

Fonte: Congresso em Foco

Kassio atende Flávio e suspende circulação de jornal de sindicato

Sindicato dos Petroleiros de São Paulo classificou medida de censura



O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kassio Nunes Marques, mandou suspender a circulação de um jornal do Sindicato dos Petroleiros de São Paulo (Sindipetro Unificado).

A decisão foi tomada em sigilo, na semana passada, após a campanha do candidato à Presidência da República Flávio Bolsonaro (PL) alegar que o sindicato teve sua estrutura usada para propaganda eleitoral, ato ilegal de acordo com a legislação eleitoral. Cerca de 30 mil exemplares foram impressos.

Na publicação questionada, o sindicato escreveu as

razões pelas quais entende que eventual vitória de Lula seria melhor para os trabalhadores da Petrobras.

Ao concordar com as argumentações apresentadas pela campanha de Flávio, Kassio determinou a suspensão imediata da distribuição do jornal impresso e por meio digital e o recolhimento dos exemplares que ainda não foram distribuídos.

"A concessão da tutela torna-se necessária para cessar a distribuição de propaganda eleitoral irregular e reduzir os efeitos do eventual emprego de recursos de fonte vedada na disputa eleitoral", justificou.

Em caso de descumprimento, foi estipulada uma multa de R\$ 10 mil.

Censura

Em nota à imprensa, o Sindipetro Unificado classificou a medida como censura e um "ataque à liberdade de expressão".

"Impedir a circulação de uma publicação dedicada a discutir os rumos da Petrobras representa cerceamento da liberdade de expressão e do direito à informação", declarou a entidade.

Fonte: Agência Brasil

